PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2026

CONTRATO Nº. 25/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2026 QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, POR INTERMÉDIO DE SUA PRESIDENTE JOCELI ALMEIDA DE MORAES E A EMPRESA **OFFICER X MÓVEIS LTDA.**

A Câmara Municipal de Foz do Jordão, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 01.615.560/0001-13, sediado na Rua São Pedro, nº. 186 - Centro, na cidade de FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente Sra. JOCELI ALMEIDA DE MORAES, portadora do CPF nº. 009.578.439-09 e RG nº. 9.447.306-3, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **OFFICER X MÓVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº. 4702 sala 05, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº. 66.296.653/0001-78 representada neste ato pelo Sr. Hiromu Yokota, portador da Cédula de Identidade nº-311378, e CPF nº 196.815.699-20, seguir denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 23/2026, referente a Dispensa Licitação nº.15/2026, homologado (a) ratificado (a) em 18/08/2026, mediante as cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A Presente Contratação para empresa especializada em confecção e execução, fornecimento e instalação de móveis planejados, conforme projetos e especificações técnicas, para a Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR.

Conforme Termo de Referência anexo.

1.1.1. Descritivo do objeto:

Item	Descrição / Especificação	Qtd.	Und.	Valor Total R$
CONTABILIDADE				
01	MESA-MDF 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Dobradiça com amortecimento integrado, regulagem tridimensional e capacidade mínima de carga de 20 kg/par. Portas confeccionadas em MDF 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Medindo 2.70 x 2.02 x 74. Altura. Fundo dos armários, em MDF 6mm. Puxadores usinados na madeira (MDF COR CANELA/ CARVALHO PORO COMPARAR A COR EXISTENTE FALAR COM ARQUITETA).	1	Und.	R$ 3.800,00
2	GAVETEIRO- Gavetas confeccionadas em MDF de 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Puxadores usinados na madeira. Rodízios de silicone com trava. Corrediças ocultas total com sistema de amortecimento integrado e capacidade mínima de carga de 30 kg/par. Medindo 45 x 60. (MDF COR CARVALHO PORO COMPARAR A COR EXISTENTE)	1	Und.	R$ 920,00
3	PAINEL- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR., medindo 2.93 x 74. (MDF COR CARVALHO PORO COMPARAR A COR	1	Und.	R$ 820,00
4	PAINEL MDF AR COND. Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 2.89 x 2.00 (MDF COR CARVALHO PORO COMPARAR A COR EXISTENTE)	1	Und.	R$ 1.020,00
GABINETE PRESIDENTE				
5	ARMARIO INFERIOR- Dobradiça com amortecimento integrado, regulagem tridimensional e capacidade mínima de carga de 20 kg/par. Portas confeccionadas em MDF 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Fundo dos armários, em MDF 6mm. Puxadores usinados na madeira. Móvel com chave, Medindo 86 x 50 x 70 de altura. (MDF CARVALHO)	1	Und.	R$ 880,00
6	PAINEL MDF- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com	1	Und.	R$ 3.080,00

	adesivo PUR. 2 Arandelas linear slim preto de 80cm com luz indireta Temperatura de cor: 3000K Lúmens: 1200ml 8W Material: Metal, medindo 68 x 3.89 x 2.76 de altura ((MDF CARVALHO)			
7	FLOREIRA-MDF 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 1.33 x 30 x 40 de altura. (MDF CARVALHO)	1	Und.	R$ 750,00
8	MESA DE APOIO- MDF 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Base em metal na cor preto, medindo 54 x 44. ((MDF CARVALHO)	1	Und.	R$ 650,00
9	MESA EXISTENTE- MDF 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR., Adicionar Ripas de MDF de 3cm com espaçamento de 2cm, usar fitas nesse espaçamento. 2.82 x 70	1	Und.	R$ 2.020,00
SALA DE REUNIÃO				
10	PAINEL- Painel de parede em MDF BP 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 2.78 x 3.28 (MDF COR CANELA)	1	Und.	R$ 4.390,00
11	MESA- MDF BP 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. 4 Tomadas embutidas na mesa conforme foto no detalhamento, a ligação elétrica será pelo chão. Medindo 5.00 x 1.20 x 82 de altura (MDF COR FREIJO PURO)	1	Und.	R$ 3.900,00
12	APARADOR- Dobradiça com amortecimento integrado, regulagem tridimensional e capacidade mínima de carga de 20 kg/par. Portas confeccionadas em MDF BP de 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Fundo dos armários, em MDF 6mm. Medindo 1.54 x 80 x 30 (MDF FREIJO PURO-MDF COR CANELA)	1	Und.	R$ 2.190,00
RECEPÇÃO				
13	PAINEL MDF- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Molduras de 2 cm em MDF em volta das fotos, fazer mais 2 extra. Medindo 4.65 x 2.78.(MDF LOURO FREIJO).	1	Und.	R$ 3.100,00
14	FLOREIRA- MDF 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 1.19 x 40. (MDF COR TERRINO)	1	Und.	R$ 670,00
15	PAINEL/PRATELEIRA- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 10.13 x 2.78, com duas prateleira, medindo 2.36 x 30. (MDF LOURO FREIJO MDF COR CANELA). Deixar passagem das tomadas	1	Und.	R$ 7.300,00
16	MESA- MDF 18 mm, fita de borda PVC 1 mm nos 4	1	Und.	R$ 1.750,00

	lados, colada com adesivo PUR. Medindo 1.75 x 80 x 67. (MDF LOURO FREIJO 04 MDF COR TERRINO MDF COR CANELA)			
17	PAINEL MDF 2- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 1.52 x 1.78. (MDF LOURO FREIJO)	1	Und.	R$ 1.350,00
18	FLOREIRA 2- MDF 18 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 1.19 x 36. (MDF COR TERRINO)	1	Und.	R$ 670,00
19	PAINEL/ARMARIO- Painel de parede em MDF 35 mm, com fita de borda PVC 1 mm nos 4 lados, colada com adesivo PUR. Medindo 2.27 x 4.09. Dobradiça com amortecimento integrado, regulagem tridimensional e capacidade mínima de carga de 20 kg/par. Portas confeccionadas em MDF de 18 mm de espessura, com bordas revestidas em fita de 1 mm, coladas por processo industrial com adesivo poliuretano reativo (PUR). Fundo dos armários, em MDF 6mm. Fita de led minimo 6W/metro IP20 Temperatura de cor: 4000K minimo Lumens: 600lm/m. Molduras de 4cm em MDF para os 8 quadros existentes, e mais 2 extra. (MDF LOURO FREIJO MDF COR BRANCO DIAMANTE COMPOSIÇÃO/SUGESTÃO: MDF COR CANELA).	1	Und.	R$ 4.100,00
20	(soltos) PORTA- KIT PORTA COMPLETO 100% MACIÇA (SEM MIOLO OCO OU COLMEIA) LAQUEADA NA COR BRANCA PINTURA UV FECHADURA DE ALTO PADRÃO 4 PUXADORES DE ALUMINIO DE 1M, 2 DE CADA LADO FITAMENTO EMBORRACHADA (ISOLAMENTO 02 01 R$5.000,00 ACUSTICO, TERMICO E IMPACTO) KIT DE CORRER DE ALTO PADRÃO DE ROLDANAS COM DESLIZE LEVE E SILENCIOSO GUIA INFERIOR PARA TRAVAR BALANÇO DA PORTA, MEDINDO 1.06 CADA FOLHA TOTAL 2 FOLHAS COM 2.17 DE ALTURA	2	Und.	R$ 4.200,00
VALOR TOTAL: R$ 47.560,00 (Quarenta e Sente Mil Quinhentos E Sessenta Reais)				

1.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.1.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

1.1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.5. O Termo de Referência;

1.1.6. O Edital da Licitação;

1.1.7. A Proposta do contratado;

1.1.8. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (meses) contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 A execução do objeto obedecerá:

3.2 Início da execução: 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após a emissão da ordem de serviços.

3.3 Termino da execução: 30 (trinta) dias corridos, após o início da execução.

3.4 Cronograma – Horário e local da execução dos serviços: Os serviços serão executados no endereço: Rua São Pedro, nº. 186 - Centro, na cidade de Foz do Jordão-PR, das 8h às 12 h e 13h00 às 17h, de segunda a sexta-feira.

3.5 Será permitida a Subcontratação:

3.6 ( ) Sim (X) Não

3.7 A execução dos serviços deverá seguir a seguinte ordem por ambientes:

- Recepção
- Sala de Contabilidade
- Gabinete da Presidente
- Os demais serão determinados junto à Administração Contratante.

3.8 A ordem de preferência de execução estipulada acima deverá ser respeitada, e somente alterada com a concordância por escrito da Administração Contratante.

3.9 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

3.10 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.11 Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 dez (dias), contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.13 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou Contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.14 Os serviços serão recebidos fracionadamente contados a partir da data de assinatura desde contrato por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

3.15 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.16 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.17 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços realizados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21, e Resolução nº. 20/2022 da Câmara Municipal de Foz do Jordão.

3.18 A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, Edital, proposta e anexos.

3.19 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

3.20 A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

3.21 A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

3.22 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

3.23 Fica designada a servidora ANA CLAUDIA BALDI, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 10.402.104-2 e inscrita no CPF sob o nº. 076.571.009-90 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1O pagamento, decorrente após execução do serviço desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, no prazo de ate **10 (dez dias)**, após a entrega dos serviços e a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data assinatura do contrato.

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços fornecidos, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9 Cientificar o departamento jurídico competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.11 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Executar fielmente os serviços, compreendendo, inclusive, o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à execução do objeto, de acordo com as especificações técnicas constantes na planilha orçamentária e projetos desenvolvidos pela contratante, os quais serão entregues no início da execução, assim como demais termos prescritos no edital de licitação, este termo de referência e futuro contrato;

8.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as duas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4 Possui corpo técnico qualificado em conformidade com o porte e condições de execução do serviço contratados;

8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

8.6 Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a contratada ficará sujeita às penalidades estabelecidas no contrato;

8.7 Manter a equipe executora dos serviços uniformizada e com a devida identificação;

8.8 Propiciar o acesso da fiscalização da contratante aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas;

8.9 Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no edital e documentos de engenharia;

8.10 Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório;

8.11 Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais, às suas expensas, não aprovados pela fiscalização da contratante, caso os mesmos não

atendam às especificações técnicas constantes nos documentos de engenharia pertinentes;

8.12 Fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra permanente, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda;

8.13 Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes, com a identificação da contratada nos respectivos equipamentos;

8.14 Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da contratante, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços;

8.15 Executar limpeza geral ao final da execução dos serviços, devendo os móveis serem entregues em perfeitas condições de uso;

8.16 Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego permanente, cabendo à contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;

8.17 Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela fiscalização da contratante como inadequados para a execução dos serviços;

8.18 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmo não tem nenhum vínculo empregatício com a contratante;

8.19 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, iscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do §1º, art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

8.20 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à contratante ou terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

8.21 A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização;

8.22 A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

8.23 a contratada deverá manter, em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, de acordo com as normas de segurança de trabalho;

8.24 a contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o orçamento pelo contratante, em conformidade com a prescrição contida no art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.25 as comunicações entre a contratada e o contratante devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.26 o contratado deverá manter preposto aceito pela administração no local dos serviços para representá-lo na execução do contrato.

8.27 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.28 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.29 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.30 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.31 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.32 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.33 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.34 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.35 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.36 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.37 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.38 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

8.39 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Objeto deste contrato será entregue com garantia fornecida exclusivamente pelo fabricante, conforme termo de garantia que acompanha o produto.

A referida garantia é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

10.2.1 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.2.2 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.2.3 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.4 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.7 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.8 Indenizações e multas.

11.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As o presente contrato decorrente deste processo caberá à Secretaria Requisitante:

a) Caberá o acompanhamento e a fiscalização orçamentária:

Conforme Portaria 009/2024

Gestor de Contrato Titular: Degelso Strapazzon – Função: Contador

Conforme Portaria nº 009/2024

Fiscal de Contrato Titular: Ana Claudia Baldi - Função: Auxiliar de Serviços Gerais

Dotações orçamentárias 01.01.001.031.101.2001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal, (4.4.90.52.42.00) – Mobiliário em Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

A publicidade dos atos oficiais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2.021, tais como avisos de licitação, extrato de contrato, termos aditivos, contratações diretas, se dará mediante publicação no Diário Oficial do Diário Oficial dos Municípios SIGPUB, nos termo do art. 19 da Lei Municipal n. 4.702/22.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Guarapuava/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

19, de Agosto de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
JOCELI ALMEIDA DE MORAES

HIROMU YOKOTA:19681569920
Assinado de forma digital por HIROMU YOKOTA:19681569920
Dados: 2026.08.19 15:32:42 -03'00'

OFFICER X MÓVEIS LTDA.
HIROMU YOKOTA.

1- TESTEMUNHA

1-
FISCAL DE CONTRATO
ANA CLAUDIA BALDI

PÁGINA Nº (128
FOLHA Nº (64

EXTRATO DO CONTRATO 25/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **OFFICER X MÓVEIS LTDA.** CNPJ/MF sob Nº 66.296.653/0001-78, **CONTRATADA**, nos termos do processo de Dispensa de Licitação 015/2026, homologado em 18/08/2026.

DO OBJETO

A Presente Contratação para empresa especializada em confecção e execução, fornecimento e instalação de móveis planejados, conforme projetos e especificações técnicas, para a Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR.

DO PRAZO E GARANTIA

O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 06 (meses), a contar de 19 de Agosto de 2026.

DO VALOR

O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R$ 47.560,00 (Quarenta e Sente Mil Quinhentos E Sessenta Reais). Que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 19 de Agosto de 2026.

Joceli Almeida de Moraes

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

PÁGINA Nº 128
FOLHA Nº 1